

-----**ATA N.º 2/2014**-----

-----Aos 22 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara não pode comparecer a esta reunião, por motivos de representação do Município. -----

-----**O Executivo considerou a falta justificada.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento do ponto de situação das candidaturas do Município, documento que se anexa a

esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** alertou para o facto de os contentores do ecoponto que se encontram junto da Escola Sacadura Cabral estarem cheios.-----

-----De seguida, questionou a Senhora Vereadora Maria do Céu Louro relativamente ao procedimento que é adotado pela Câmara Municipal, no caso de construções ilegais. -----

-----Em resposta, a Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** começou por dizer que pode ter por base um ato da fiscalização do Fiscal Municipal, ou denúncia. Assim, é lavrado o auto de participação, do qual é notificado o infrator para pagar a coima inerente à contra-ordenação e fixado um prazo para a regularização da ilegalidade. No caso de não dar cumprimento ao pagamento da contra-ordenação e não ser legalizada a obra, iniciasse um procedimento de posse administrativa através de uma deliberação da Câmara Municipal para execução coerciva ou para demolição.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** fazendo referência à obra da estrada nacional, pretendeu saber quem é o dono da obra. Ao que o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que era a Câmara Municipal. Disse que existe falta de segurança em termos rodoviários, frisando também as infrações por parte do empreiteiro ao nível de higiene e segurança no trabalho. Referiu que existe um único homem a cortar o trânsito e sem qualquer equipamento de proteção individual de trabalho. Na sua opinião, deverá haver um acompanhamento por parte dos técnicos da Câmara Municipal.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** concorda com o exposto pelo Senhor Vereador Victor Santos. Disse que na altura, havia proposto a

possibilidade da colocação de semáforos, um de cada lado do respetivo troço, para contornar estes constrangimentos. Deu conhecimento de que os técnicos da autarquia se encontram na obra para fiscalizar e fazer um ponto de situação, para que se possam corrigir estas anomalias.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: AUDIÊNCIA PRÉVIA - CADUCIDADE DO PROCESSO -**

-----**Requerente: Gabriel dos Santos Pinela**-----

-----Foi presente informação técnica relativa ao processo n.º 15/2012, de 20/12/2013, informando que no âmbito da tramitação para declaração formal da caducidade, em sede de audiência prévia, o requerente solicita que a Câmara Municipal não declare a caducidade, pretendendo terminar a execução da obra.-----

-----A Câmara Municipal tem margem de discricionariedade para não declarar a caducidade quando, na fase de audiência prévia, verificar que para a prossecução do interesse público essa é a solução que melhor o defende. Para a prossecução do interesse público que se pretende atingir, e atenta a pronúncia do requerente, a Câmara Municipal não deve declarar a caducidade.-----

-----Mais informa que é o interesse público (conclusão da obra) que fundamenta a excepcionalidade da discricionariedade da Câmara Municipal, devendo esta deliberar não declarar a caducidade do processo, impondo ao requerente um prazo de seis meses para o mesmo terminar a execução da obra.-----

-----Informa ainda, que esta excepcionalidade da discricionariedade que a Câmara Municipal tem, se fundamenta invocando o interesse público, e por tal, o procedimento inerente à caducidade só terá lugar uma vez, sendo que, no caso de incumprimento do requerente, a caducidade será declarada definitivamente, sem existência de qualquer outra tramitação,

audiência prévia ou qualquer procedimento que tenha como objetivo prolongar no tempo a situação do processo. Em caso de incumprimento do requerente, o processo caducará definitivamente.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, não declarar a caducidade do processo em epígrafe, impondo ao requerente um prazo de seis meses para o mesmo terminar a execução da obra.**-----

-----**1.1 ASSUNTO: PRONÚNCIA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA**-----

-----**Requerente: Gonçalo Augusto Ferreira Gomes**-----

-----Foi presente informação técnica relativa ao processo n.º 57/2008, de 20/12/2013, informando que no âmbito da tramitação para declaração formal da caducidade, em sede de audiência prévia, o requerente solicita que a Câmara Municipal não declare a caducidade, pretendendo terminar o processo de licenciamento e executar a obra.-----

-----A Câmara Municipal tem margem de discricionariedade para não declarar a caducidade quando, na fase de audiência prévia, verificar que para a prossecução do interesse público essa é a solução que melhor o defende. Para a prossecução do interesse público que se pretende atingir, e atenta a pronúncia do requerente, a Câmara Municipal não deve declarar a caducidade.-----

-----Mais informa que é o interesse público (conclusão da obra) que fundamenta a excecionalidade da discricionariedade da Câmara Municipal, devendo esta deliberar não declarar a caducidade do processo, impondo ao requerente um prazo de um mês para o mesmo solicitar o alvará de licença de construção, para a execução da obra.-----

-----Informa ainda, que esta excecionalidade da discricionariedade que a Câmara Municipal tem, se fundamenta invocando o interesse público, e por tal, o procedimento inerente à caducidade só terá lugar uma vez, sendo que, no caso de incumprimento do requerente, a caducidade será

declarada definitivamente, sem existência de qualquer outra tramitação, audiência prévia ou qualquer procedimento que tenha como objetivo prolongar no tempo a situação do processo. Em caso de incumprimento do requerente, o processo caducará definitivamente.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, não declarar a caducidade do processo em epígrafe, impondo ao requerente um prazo de um mês para o mesmo solicitar o alvará de licença de construção, para a execução da obra.**-----

-----**1.2 ASSUNTO: ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA CASA DE HABITAÇÃO - PROCESSO EM CONDIÇÕES PARA SE EMITIR A CADUCIDADE**-----

-----**Requerente: Cátia Raquel Ruas Abade Santos**-----

-----Foi presente informação técnica relativa ao processo 25/2012, dando conhecimento de que encontram-se reunidas as condições para ser emitida a caducidade do presente processo. Mais informa que é da competência da Câmara declarar a caducidade de acordo com o n.º 6, do art.º 20.º, n.º 2, do art.º 71.º e alínea d), do n.º 3, do art.º 71.º, após audiência prévia dos interessados, conforme o n.º 5 do mesmo artigo.-----

-----Propõe que o Executivo delibere no sentido da caducidade do processo e esse dê cumprimento à tramitação atrás referida.-----

-----**A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por unanimidade, emitir a caducidade do processo 25/2012 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.**-----

-----**1.3 ASSUNTO: PROCESSOS EM CONDIÇÕES DE DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE, NOS TERMOS DO RJUE**-----

-----Foi presente informação técnica, datada de 14/1/2014, com o registo interno n.º 140, referindo que é da competência da Câmara declarar a

caducidade prevista no n.º 6, do art.º 20.º, no n.º 2, do art.º 71.º e na alínea d), do n.º 3, do art.º 71.º, após audiência prévia dos interessados, conforme o n.º 5, do art.º 71.º do RJUE. -----

-----Mais informa que o procedimento para a emissão de declaração de caducidade definitiva efetua-se da seguinte forma, nos termos da lei: -----

-----1.º Deliberação no sentido da caducidade e da realização da audiência prévia dos interessados; -----

-----2.º Audiência prévia dos interessados; -----

-----3.º Declaração de caducidade, ou não, consoante o resultado da audiência prévia efetuada.-----

-----Informa também, que tendo sido efetuado o procedimento atrás descrito propõe que o executivo delibere a emissão da caducidade dos processos constantes no mapa, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir a caducidade dos processos constantes do mapa em anexo, uma vez que já foi dado cumprimento ao CPA no que se refere à audiência prévia.**-----

#### -----**1.4 ASSUNTO: DESTAQUE DE PARCELA**-----

-----**Requerente: Vítor Carlos Andrade Pinheiro Machado** -----

-----Foi presente requerimento n.º 1368, datado de 12/12/2013, relativo ao processo n.º 162/1991, em nome de Vítor Carlos Andrade Pinheiro Machado, pretendendo certidão de destaque de parcela, em terreno do qual é proprietário, onde existe edifício de habitação, processo n.º 162/91, sito na Rua do Barreiro, Freguesia de Fornotelheiro, Concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após análise do projeto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente PDM “Resolução Conselho de Ministros n.º 86/95 de 9 de

setembro, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo DL n.º 26/2010 de 30 de março, com nova redação da Lei 28/2010 de 2 de setembro, Portaria 232/2008 de 11 de março e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa que:-----

-----O terreno em causa situa-se dentro do perímetro urbano de Fornotelheiro, misto, com área registada de 5,346 m<sup>2</sup> e edifício com área de implantação de 121 m<sup>2</sup>;-----

-----Enquadra-se no disposto no n.º 4, do art.º 6.º, do D.L. n.º 26/2010, de 30 de março, cumprindo as áreas e distâncias mínimas definidas nas alíneas c) e d), do B), do n.º 2, do art.º 30.º, do PDM “Resolução Conselho de Ministros n.º 86/95 de 9 de setembro”;-----

-----Pretende o requerente destaque de parcela em terreno misto, com as seguintes áreas e confrontações: -----

-----Parcela a destacar com área de 300,40 m<sup>2</sup> e onde existe edifício de habitação com implantação de 121 m<sup>2</sup>;-----

-----Norte – Aquiles Pina Cunha; Sul – Caminho Público; Nascente – Caminho Público; Poente – Aquiles Pina Gouveia;-----

-----Parcela sobranter terreno com área de 5045,60 m<sup>2</sup>; -----

-----Norte – Aquiles Pina Cunha; Sul – Caminho Público; Nascente – Caminho Público; Poente – Aquiles Pina Cunha. -----

-----**Após análise do parecer dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, autorizando o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 300,40m<sup>2</sup>.**-----

-----**1.5 ASSUNTO: PEDIDO DE CARTÃO DE ESTACIONAMENTO DE RESIDENTE PARA O ANO 2014**-----

-----**Requerente: José Alexandre Cardoso do Nascimento**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 09/2014, datada de 10/1/2014, com registo interno n.º 120, referindo que pretende o requerente a emissão do Cartão de Estacionamento de Residente para o veículo com a matrícula 55-BI-05 para o ano 2014.-----

-----Assim, face ao exposto, e caso o executivo municipal aprove a pretensão do requerente, ao abrigo do n.º 1, do art.º 36.º, do Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, deverá ser efetuado o cartão de residente e o requerente proceder ao pagamento da taxa municipal, conforme o n.º 2.1, do art.º 67.º, do Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira, no valor de 32,12€.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, devendo o mesmo proceder ao pagamento da taxa municipal no valor de 32,12€.**-----

-----**1.6 ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO RESERVADO AO PÁROCO**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 10/2014, datada de 13/1/2014, com registo interno n.º 122, dando conhecimento de que a Junta da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais, solicitou um sinal de estacionamento reservado ao Pároco, no Largo do Terreiro, em Cortiço da Serra. Analisado o assunto exposto e após deslocação ao local, propõe a aprovação de um sinal H1a (estacionamento autorizado), com um painel adicional modelo 11j, com os dizeres “PÁROCO” e colocado num prumo de 1”1/2, com 3mm de espessura de parede e com o comprimento de 3,80m.-----

-----Caso a sinalização proposta seja aprovada, deverá aquando da aquisição da mesma ter-se em atenção que o sinal deverá ser de tamanho reduzido de 60cm de lado, em chapa de alumínio com 2,0mm de espessura, com aba de viragem em peça única, com calha de fixação para



abraçadeira em alumínio e respetivas abraçadeiras, com tela retrorrefletora da 3M Diamong Grade Cube (ECOF), com garantia de 15 anos.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um sinal H1a (estacionamento autorizado) com um painel adicional, modelo 11j com os dizeres “PÁROCO”. Mais foi deliberado que, aquando da aquisição da sinalização, os sinais deverão ser de tamanho reduzido de 60cm de lado, em chapa de alumínio com 2,0mm de espessura, com aba de viragem em peça única, com calha de fixação para abraçadeira em alumínio e respetivas abraçadeiras, com tela retrorrefletora da 3M Diamong Grade Cube (ECOF), devendo os sinais serem devidamente registados e cadastrados.** -----

-----**2. GABINETE DE PROTEÇÃO CIVIL** -----

-----**ASSUNTO: PRÉDIO EM RUÍNAS PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----**Local: União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Proteção Civil, datada de 9/1/2014, com registo interno n.º 103, relativamente ao assunto em epígrafe, informando que havia sido declarada a pedido da Câmara Municipal, a utilidade pública da expropriação e autorizada a tomada de posse administrativa do prédio urbano e respetivo logradouro, sito na freguesia de S. Pedro deste Município, descrito no registo predial sob o n.º 194 e inscrito na matriz urbana sob o artigo 489. -----

-----Tratando-se de uma expropriação de utilidade pública, foi o prédio em causa integrado no domínio público da Câmara Municipal. Mais informa que com a extinção da Junta de S. Pedro e criação da União das freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, foram alterados os artigos matriciais, pelo que o prédio urbano registado com o artigo matricial 489 passou a ter o n.º 830. -----

-----Relativamente ao prédio urbano supramencionado, propriedade do Município de Celorico da Beira, informa que este se encontra em avançado estado de degradação, existindo com as más condições climatéricas, risco iminente de continuidade de desmoronamento e consequentemente grave perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens. -----

-----Assim, considerando as más condições do imóvel e o uso afeto ao prédio urbano (construção de parque de estacionamento), propõe que o Município proceda à reabilitação das construções que se destinarão ao apoio do parque de estacionamento a construir. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por esclarecer que no local onde se encontra o imóvel irá ser construído um parque de estacionamento e que após a sua reabilitação o mesmo servirá de apoio ao parque de estacionamento. Acrescentou ainda, que este imóvel representa perigosidade para quem circula nessas imediações.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que não compreende este processo. Depreende, que exista um projeto para este parque, mas gostaria de saber o que realmente se pretende. Uma situação é votar um projeto de reabilitação do qual tem conhecimento, outra, situação é votar uma reabilitação para garantir a segurança.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que de acordo com as fotos enviadas, o imóvel está em ruínas e apresenta perigosidade para quem circula nas imediações. Ao invés de ser demolido, optou-se pela sua recuperação servindo de apoio ao parque de estacionamento, sendo que, o respetivo projeto será presente posteriormente a reunião de Câmara. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** explicou que a solução passaria pela reabilitação ou demolição do imóvel, tendo a autarquia

optado pela sua reabilitação, de forma a ser integrada como apoio ao parque de estacionamento. Clarificou que, para já, esta aprovação é independente, do projeto do parque de estacionamento. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, proceder à reabilitação das construções que se destinarão ao apoio do parque de estacionamento a construir.**-----

-----**3. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E FAMÍLIA**-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DE HABITAÇÃO SOCIAL**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Família, datada de 14/1/2014, com registo interno n.º 160, dando conhecimento de que havia sido solicitado por um agregado familiar, constituído por casal e duas filhas, apoio para uma habitação social. Nessa sequência, foi feita uma visita domiciliária, verificando-se que a barraca em que viviam se encontra bastante degradada, sem quaisquer condições de habitabilidade, visto não ter as infraestruturas necessárias à satisfação das necessidades básicas.-----

-----Trata-se de um agregado familiar que vive numa situação de carência extrema, já que de momento não tem qualquer rendimento, tendo este gabinete encaminhado a família para a Associação de Apoio aos Mais Necessitados do Concelho de Celorico da Beira, para receber alimentos. Informa ainda, que um dos elementos do casal tem uma doença crónica.----

-----O Gabinete de Ação Social, Saúde e Família, perante a situação socioeconómica e de saúde do referido agregado, é de parecer que o Município deve ceder uma casa pré-fabricada à família em causa. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que este agregado familiar é de etnia cigana e que um dos elementos do casal tem uma doença crónica. Solicitam uma casa disponível, nas casas pré-

fabricadas, uma vez que vivem numa barraca sem quaisquer condições de habitabilidade. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** conhece a realidade deste casal, mas alertou para o facto de o mesmo viver entre Celorico da Beira e Porto. Espera que com a atribuição da referida habitação, este casal permaneça em Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que esta atribuição será feita mediante a celebração de um contrato de comodato, em que este casal se comprometa a habitar a casa, sob pena de ter de entregar a mesma. Acrescentou também, que deverá constar no mesmo que o casal estará sujeito a visitas periódicas do Gabinete de Ação Social. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber como será a figura do contrato de cedência, ao que o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que seria gratuita, através da realização de um contrato de comodato, com vigência de um ano. O Senhor Vereador questionou sobre a possibilidade do contrato ser por tempo indeterminado, até porque, na sua opinião, durante um ano a situação poderá alterar-se. ---

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que é a favor desta cedência a título gratuito, enquanto a necessidade, efetivamente, se mantiver, caso esta situação seja alterada, deverá começar a efetuar o pagamento de uma renda. Pretendeu também saber quem ficará responsável pelo pagamento dos consumos de água e luz. Em resposta, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que irá propor que os consumos fossem pagos pelo agregado familiar. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder uma casa pré-fabricada à família identificada na informação técnica, mediante a celebração de um contrato de comodato. -----

-----3.1 **ASSUNTO: PAGAMENTO DE PORTA DE ALUMÍNIO** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Família, datada de 16/1/2014, com registo interno n.º 169, dando conhecimento de que foi solicitado pela Senhora Maria de Lurdes Almeida Cabral, apoio monetário para pagamento de porta de alumínio. -----

-----Trata-se de uma agregado familiar monoparental, que vive com dificuldades financeiras, sendo o parecer do GAS, no sentido de lhe ser concedido apoio solicitado. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que este agregado familiar vive numa habitação pré-fabricada, que exposta às condições climatéricas adversas provocou danos significativos na porta de madeira da habitação. De forma a resolver esta situação, a requerente mandou fazer uma porta de alumínio e solicitou apoio à autarquia para o pagamento da mesma, uma vez que, não tem possibilidades económicas. O Senhor Vice-Presidente é da opinião que se deve atribuir o apoio solicitado. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera esta situação atípica, quer no *timing*, quer na oportunidade, uma vez que, este procedimento não é o correto. Segundo informação do Gabinete de Ação Social, a porta de entrada já estava muito degradada e as Obras Municipais, via Administração Direta, fizeram uma visita domiciliária, no final do inverno passado e ficaram através da carpintaria do Município de resolver o problema, com a colocação de uma porta de madeira e um telheiro para a proteger. Considera que houve uma ineficácia por parte dos serviços da autarquia, uma vez que demoraram um ano para tentar resolver o

problema. É da opinião de que a requerente não deveria ter mandado fazer a porta, para posteriormente solicitar o dinheiro à autarquia. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que os serviços da autarquia recuperaram a porta existente, no entanto, devido às intempéries, não surtiu o efeito desejado. Deu conhecimento de que a requerente deslocou-se à autarquia a solicitar apoio monetário para o pagamento da porta, e como não havia disponibilidade por parte dos serviços da autarquia, foi autorizado a sua aquisição, sendo que, posteriormente o assunto teria de ser deliberado em reunião de Câmara.----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que se iria abster, por considerar que esta decisão já estava tomada, ou seja, esta votação é uma ratificação e não uma aprovação. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que poderiam ter recorrido aos serviços de serralharia da autarquia para fazer esta porta, minimizando desta forma, os custos para a Câmara Municipal.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que a serralharia da autarquia estava a executar outros trabalhos e como tal não conseguiria dar resposta a esta situação, em tempo útil. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e Manuel Portugal, atribuir um subsídio no valor de 202,95€, à Senhora Maria de Lurdes Almeida Cabral, para pagamento de porta de alumínio, colocada na sua habitação.-----

-----**4. MANUEL ANTÓNIO DA SILVA MONTEIRO**-----

-----**ASSUNTO: VENDA DE IMÓVEL - DIREITO DE PREFERÊNCIA**-----

-----Foi presente requerimento em nome do Senhor Manuel António da Silva Monteiro, datado de 25/10/2013, com registo de entrada n.º 9491, informando que é proprietário de uma casa pré-fabricada, situada no Bairro de Santa Luzia e que pretende proceder à venda do supra citado imóvel, para que, o Senhor Presidente da Câmara, entidade confinante a Norte e a Sul, possa exercer o direito de preferência, nos termos do art.º 1380.º, do Código Civil. Mais informa que o valor pretendido da transação será de 5.000,00€.

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** solicitou que o assunto seja retirado da ordem de trabalhos, uma vez que é necessário efetuar uma alteração orçamental para aquisição da mesma.

-----**Pelos motivos expostos pelo Senhor Vice-Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos, devendo o mesmo ser agendado numa próxima reunião.**

-----**5. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: FUNDOS DE MANEIO PARA 2014**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo interno n.º 10, datada de 17/1/2014, referindo que “Na atividade da Câmara Municipal de Celorico da Beira há necessidade, por vezes, de realizar despesas, urgentes, inadiáveis e imprevisíveis que têm de ser pagas de imediato. Para esse efeito, é conveniente haver fundos de maneo que possibilitem o pagamento dessas despesas.

-----A constituição e funcionamento dos Fundos de Maneio estão sujeitos ao Regulamento Interno em vigor. Dado existirem diferentes naturezas de despesas, torna-se necessário a constituição de vários Fundos de Maneio, assim propõem que o Executivo delibere:

-----Ao funcionário **João Miguel Cabral Inácio**, Assistente Técnico de Serviço de Armazém e Aprovisionamento, atribuir o montante de 600,00€,

para fazer face a despesas correntes das seguintes rubricas: 020108 – Material de Escritório – 200,00€; 020104 – Limpeza e Higiene – 100,00€ e 020121 – Outros Bens – 300,00€.-----

-----Ao funcionário **José Manuel Teixeira Tavares**, Técnico Superior, atribuir o montante de 1.200,00€, para fazer face a despesas correntes das seguintes rubricas: 020211 – Despesas de Representação – 1.000,00€ e 020225 – Outros Serviços – 200,00€.-----

-----Ao funcionário **João Carlos da Silva Morgado**, Técnico Superior do Serviço de Turismo, atribuir o montante de 400,00€, para fazer face a despesas correntes da seguinte rubrica: 020220 – Trabalhos Especializados, GOP 2009/5101 – Eventos e Exposições e Produtos Regionais.-----

-----Estes fundos de maneo deverão ser constituídos nos termos do ponto 2.3.4.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (POCAL), bem como, pelo estipulado no n.º 4 do art.º 12.º, da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Celorico da Beira. É ainda necessário que todas as despesas a incluir nestes fundos tenham documento válido (fatura, recibo, vendas a dinheiro), a entregar nos Serviços de Contabilidade aquando da reposição mensal do fundo de maneo, sem um destes documentos as despesas não serão consideradas válidas.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, constituir os fundos de maneo para 2014, afetos aos funcionários João Miguel Cabral Inácio, José Manuel Teixeira Tavares e João Carlos da Silva Morgado.**-----

#### -----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----



-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----

-----  
-----